

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

**ALEIDA CARDOSO CORRÊA**

**A INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA TUBARONENSE: POR UM  
OLHAR INTERSECCIONAL NA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E RAÇA**

**Florianópolis**

**2016**

**ALEIDA CARDOSO CORRÊA**

**A INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA TUBARONENSE: POR UM  
OLHAR INTERSECCIONAL NA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E RAÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora Prof<sup>ª</sup> Ms. DÍjna Torres

**Florianópolis**

**2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Corrêa, Aleida Cardoso

A Invisibilidade da Mulher Negra Tubaronense : por um  
olhar Interseccional na Discriminação de Gênero e Raça /  
Aleida Cardoso Corrêa ; orientadora, Ms.Dijna Torres -  
Florianópolis, SC, 2017.

44 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, . Curso de Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1. Mulheres Negras e Interseccionalidades. 3. Políticas  
Públicas de Promoção da Igualdade Racial . 4. Movimentos  
Sociais Negros/ Feminismo Negro. 6. Lei 10.639/3 nas  
Instituições Escolares. I. Torres, Ms.Dijna. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Gênero e  
Diversidade na Escola. III. Título.

ALEIDA CARDOSO CORRÊA

A INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA TUBARONENSE: POR UM  
OLHAR INTERSECCIONAL NA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E RAÇA

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para  
obtenção do título de Especialista em  
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em 10 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:

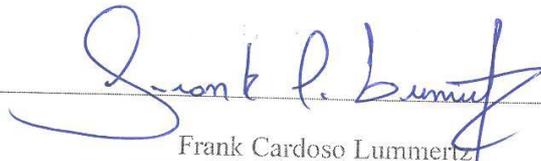


Olga Regina Zigelli Garcia

Banca Examinadora:



Dijna Andrade Torres



Frank Cardoso Lummerz



Fabricia Machado Fernandes

*Dedico este trabalho a minha querida mãe, mulher negra Tubaronense, militante incansável, que não mediu esforços por representatividade nas invisibilidades... me proporcionando abertura de novos horizontes, muito além daquilo que eu poderia imaginar alcançar.*

*E a minha amada filha Maria Eduarda, que está no meio do percurso, construindo seu caminho, em busca de uma identidade negra positiva.*

## AGRADECIMENTOS

Peço licença para agradecer as oportunidades dadas a mim até então, as que estão surgindo, e as que ainda estão por vir em minha vida. Expresso por aqui através da escrita, inquietações que em mim antes eram silenciadas. Ano passado, ouvi uma frase que me marcou profundamente, proferida pela atriz negra ganhadora do Emmy Viola Davis. Ela falou que: *“a única coisa que separa as mulheres negras de qualquer outra pessoa, são as oportunidades”!* Compactuo dela, por entender que sim, a oportunidade nunca se abriu com facilidade pra mim, ou seja, para nenhuma mulher negra. Me fez repensar “dos porques” que somos renegadas em quase todos os espaços que transitamos, sem por muitas vezes ainda, saber o real sentido desse descaso social. Mas devido a falta dela, abriram meus olhos para não esmorecer diante das adversidades e seguir em frente, mesmo que o trajeto seja pedregoso e difícil. No meio desse percurso, expressei minha gratidão as pessoas e as possibilidades que pelo caminho encontrei. Ao curso GDE- (Gênero e diversidade na Escola), que me orientou, me possibilitando rupturas de visões ainda distorcidas, me despidendo de ideologias avessas antes limitadas; lançando-me a trilhar com mais determinação, enfrentamento e posicionamento de vida. A minha orientadora querida Dýjna que compreendeu as agruras do dia a dia, com sua paciência sempre disposta a me ajudar.

Somos muitas, muitos são os nossos sonhos! Minha luta é o segmento de outras lutas, como a de minha mãe (Dinha Corrêa) carinhosamente conhecida, que há vinte anos traz dentro de si uma perseverança descomunal, na luta antirracista e de gênero, onde não mediu esforços para consolidar dentro do Movimento Negro, um ideal de luta, de visibilidade. Ela me passou ideais que legitimam nossa luta e me alçou em voos que jamais pensei em imaginar viver essa experiência de luta, de resistência. Nesse sentido, reconheço através da minha existência momentos de transformações acontecerem, pois

pulsa dentro de mim uma vontade de lutar, não somente por mim, mas pelas minhas, pois, faço parte de um quadro ainda obscuro, onde meu povo se dizima da sociedade a cada dia. Agradeço as oportunidades que tive ao longo desses três anos, por ter a responsabilidade e possibilidade de ser a 1ª Coordenadora Municipal de Promoção da Igualdade Racial em minha cidade, e por participar de um momento histórico que marcou pra sempre, meu processo de transgressão do meu “eu”: A Marcha das Mulheres Negras!

Por isso marchamos! Fomos mais de 50 mil mulheres no dia 18 de novembro de 2015 em Brasília: marchar contra o racismo e a violência. E pelo bem viver. E ainda estamos em marcha, sempre estaremos, pois existimos e resistimos! Eu saúdo por gratidão as que me antecederam... Um Salve Dandara de Palmares! Salve Tereza de Benguela! Salve Aqualtune! Salve Luísa Mahin! Salve Lélia Gonzales! Salve Antonieta de Barros! Um salve a minha amada mãe! Um Salve a todas as mulheres negras do Brasil, que de alguma forma, marcaram e ainda marcam seus nomes nessa terra, que há muito tempo já traz em sua alma, a luta de suas ancestrais.

*“A gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista” Lélia Gonzales!*

## RESUMO

A luta pela múltipla discriminação sofrida pela mulher negra está marcada negativamente na historiografia brasileira. A identidade étnica relacionada ao gênero perpassa por padrões hegemônicos e europeus, fazendo com que ainda haja uma lacuna sobre representatividade nos espaços de poder, no sistema social de inclusão, na superação do preconceito de gênero, na absorção da mão de obra no mercado de trabalho, no campo político, educacional, cultural e socioeconômico.

Tal falta de inclusão, deu-se desde que as negras vindas da África, nos porões das naus portuguesas, no século XVI, pisaram em solo brasileiro sendo relegadas a própria sorte; e é aí que o trabalho escravo entra em cena fazendo com que a sua existência dependesse da sua resistência: na lavoura de café, na cozinha da casa grande, como ama de leite e como objeto de desejo dos senhores.

Diante desse contexto, ao tentar entender essas lacunas, a mulher negra continua na invisibilidade e pobre, perante a sociedade. Busca-se, portanto, pensar no que fazer, para problematizar a situação das mulheres negras de Santa Catarina, especificamente da região Sul-Tubarão; analisando de forma substancial, sobre o empoderamento dessas mulheres, tendo como ponto de partida a Educação; para que possamos ter uma sociedade mais engajada e transgressora.

**Palavras-chave:** Mulher Negra. Invisibilidade. Educação. Interseccionalidade. Identidade Étnica.

## ABSTRACT

The multiple hardships faced by African American Brazilians women been registered throughout Brazilian history. The remaining European patterns of gender hegemonic identity still present in the daily basis, therefore a current lack of representativeness from those women in the Brazilian power such as labor force, high-society, political, educational, cultural and socioeconomic.

This lack of representativeness began since black women came from Africa into the Portuguese ship's basement in the age of XVI, stepped on Brazilian soil left to it's on matter of luck. This new scenario brought to them a new nightmare called slavery whereas the existence of themselves was based on physical resistance and suffering: coffee farms, kitchen of big houses as it's called the name of Brazilian wealthy families, milk ladies and the worst seem as a belong from their Mr. farmers in order to fulfill their worst and crazy desires and vanity.

In spite of all, in order to fulfill this clear gap in the Brazilian society, black women still remain invisible and poor towards a current reality of Brazilian days. Above all, a constant search with aim to find ways of how to insert those women specifically in city of Tubarão in the state of Santa Catarina into those previous gaps using the education as a tool in order to have an inclusive and fair society to all.

**Key words:** Black Woman. Invisibility. Education. Intersectionality. Ethnic Identity.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

GDE- Gênero e Diversidade na Escola

MOCNETU- Movimento Cultural de Conscientização Negra Tubaronense

MNU- Movimento Negro Unificado

SEPPIR- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

COPPIRT- Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de Tubarão

## SUMÁRIO

<b>1-INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2- OBJETIVOS.....</b>	<b>10</b>
<b>3- MULHERES NEGRAS E INTERSECCIONALIDADES.....</b>	<b>11</b>
<b>4- A IMPORTÂNCIA DA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO COM RECORTE ÉTNICO RACIAL DENTRO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....</b>	<b>13</b>
<b>5- MULHERES NEGRAS:REFLEXÕES SOBRE “A CONSTRUÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DE SUA IDENTIDADE”.....</b>	<b>24</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>43</b>

## 1-INTRODUÇÃO

Falar de Brasil em relação à mulher negra, sem mencionar a humanidade civilizatória do continente mãe, a África, é o mesmo que negar a identidade histórica sócio político-cultural de todos os povos; sendo este um País multirracial e multicultural. Tratando-se de gênero e Diversidade étnico-racial verificam-se, ainda, desigualdades estruturais que permanecem enraizadas devido ao padrão imposto pela supremacia branca, ideologicamente preconceituosa e racista. Ainda, com relação ao gênero com recorte racial, destaca-se a mulher negra, oriunda de uma estrutura omissa, qualificada como inferior, perante a mulher branca. Concomitantemente, afere-se ao silenciamento de seu status quo, que se reporta, desde a diáspora, até a sua entrada no âmbito escolar.

Nesse sentido, se fará uma breve síntese comprovando que pelo seu local de origem, a mulher negra tem sua imagem distorcida, diante do sistema que anula toda a sua existência impossibilitando-a, às novas visões de crescimento pessoal. Conforme Crenshaw, (2002, p.84) “Todas as pessoas sabem que têm tanto uma raça quanto gênero, todos sabem que têm experiências de interseccionalidade; no entanto, as leis e as políticas nem sempre preveem que somos ao mesmo tempo mulheres e negras”. A abordagem sobre a situação das mulheres negras, mostrará que ao longo do tempo sofreram e ainda sofrem diversas opressões, no que se refere às intersecções de gênero, raça e classe social. Por conseguinte, parte-se do princípio de que estas não foram contempladas, dentro das próprias reivindicações de seus direitos, pelas mulheres brancas e feministas; além do que, supostamente, foram descartadas não somente pelo gênero, mas pela sua identidade étnica racial.

Quanto aos movimentos sociais negros, foram feitos levantamentos sobre o ativismo e amplitude cultural, como também, sobre militâncias de mulheres negras de Santa Catarina e especificamente as tubaronenses. Uma breve análise sobre o que foi descrito, ressalta que a mulher negra, ainda, se encontra relegada pela sua autoimagem; sendo que, atinge direta e ou indiretamente sua autoestima, e que leva à sua própria rejeição nos espaços escolares, sociais, desde a infância até a fase adulta. Com isso, pretende-se levantar questionamentos a respeito, e até que ponto a interseccionalidade das mulheres, em busca de seus direitos fundamentais, são garantias de uma perspectiva de afirmação e ascensão das mulheres negras.

## **2- OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar a situação de como foram construídos e instituídos segmentos que envolvam articulações, com questões específicas sobre as demandas da população afrodescendente no município de Tubarão SC.

### **2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Reconhecer através da interseccionalidade, dentro do Estado Catarinense, o papel preponderante da mulher negra tubaronense.
- Pontuar sua invisibilidade dentro dos ambientes públicos e sociais, analisando o racismo institucional no Município.
- Identificar mecanismos, que promovam a garantia de políticas públicas voltadas para a promoção da Igualdade Racial.

## MULHERES NEGRAS E INTERSECCIONALIDADES

O processo de como as normas foram instituídas como padrão único, heteronormativo, e por muitas vezes imutável, permanecem ainda nos pormenores do dia a dia das mulheres. Entretanto, as discriminações continuam nos eixos estruturantes dos padrões de desigualdades e exclusões, em detrimento de uma sobre a outra; ou seja: mulher branca (superior) x mulher negra (inferior). Tal relação de poder esbarra na dicotomia evidenciada por questões de gênero, nos percursos discriminatórios correlacionados à mulher negra.

O quesito cor, não deveria ser pertencente como algo inferior e determinante para compor contextos, e desprivilégios decorrentes ao gênero feminino; que por si só, encontra-se até então, em segundo plano. Contudo, mesmo a população de mulheres negras somarem aproximadamente 49 milhões, a maioria, ainda vivencia a face mais perversa do racismo, que advém de um sistema de exclusão, impondo a cada mulher negra ter que enfrentar na maioria das vezes, injustiças, situações adversas, e até a negação de sua própria identidade étnica, vivenciando a cada momento esses agravantes ganharem novas formas.

Nesse sentido, delinear o princípio da igualdade no Brasil, contrapondo com o Sul de Santa Catarina, demonstra a importância de capturar um olhar interseccional, como forma de fortalecimento para a igualdade racial, e relações que ultrapassem em sanar mazelas profundas como: racismo, machismo e sexismo, que assolam de forma gradual nossa sociedade.

Ao incorporar e apontar as interseccionalidades surge paralelamente às fusões entre movimentos sociais negros, movimentos de mulheres negras, entre outros grupos de interseções, determinantes na conjectura das desigualdades raciais. Diante disso, estabelecendo assim, lugares sociais como forma de desconstrução, marcadas por – gênero, sexo, cor e condição social.

Tal fusão se perfaz também em Tubarão SC, onde ao tentar se fortalecer por uma ascensão que demandasse total prioridade às pautas do Movimento Negro, mulheres negras, se tratando das Tubaronenses, polarizaram frentes com propostas articuladas e coordenadas, no intuito de fortalecer o engajamento cultural e também político no Município.

Deste modo, Kimberlé Crenshaw (2002, p.169) “alerta para essa questão das interseccionalidades, quando trata das várias formas de discriminações que articulam as dimensões de gênero e raça”.

Certifica-se, portanto, que o ativismo das mulheres, como afirma novamente Kimberlé, fez com que na defesa dos direitos humanos, fossem observadas as especificidades em torno das violações aos direitos não somente da mulher branca, mas da mulher negra também.

Cabe ressaltar, que a busca específica pelo ativismo contemporâneo, ressignifique novo processo de articulação em meio aos avanços e retrocessos. Portanto, o racismo e suas reproduções de desvantagem continuam imbuídos a nível Nacional – (municipal e estadual), configurando a sub-representação racial a partir da perspectiva de gênero. Para Luiza Bairros, (2002, p.169) “aprofundar a compreensão de raça, é necessário não perder de vista que ele se sustenta pela existência do racismo enquanto ideologia que, por sua vez, justifica a distribuição e manutenção da riqueza e do poder na sociedade”.

Destacar as questões de visibilidade se faz necessário tal terminologia, pois, um olhar interseccional, propicia um agendamento de pautas reivindicatórias, para romper com a universalidade que foi atribuída pela história e pelo tempo, em relação às mulheres negras.

## **A IMPORTÂNCIA DA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO: COM RECORTE ÉTNICO RACIAL DENTRO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

O reconhecimento das diferenças possibilita o entendimento de pautas reivindicatórias e organizacionais, referente às trajetórias de antigos e novos modelos de luta.

Baseado nesse conceito, as transformações sociais, perpassam por um processo participativo e atemporal quando se trata de Movimentos Sociais. Para Silva (2001, p.84), “uma análise que se centra apenas nos aspectos estruturais, não consegue abranger o sentido pessoal de engajamento nos Movimentos Sociais”. Ao apontar uma sobreposição dessa trajetória, com recorte étnico-racial e de gênero, possibilita uma ascensão rasa, mas com caráter reivindicatório de direitos antes inatingíveis. Tal importância, fez com que o engajamento pela equidade preconizada dentro dos Movimentos Sociais Negros e também feministas, como o de mulheres negras, lutassem por suas reais especificidades e particularidades.

A complexidade de abrangência sobre a trajetória da mulher negra no Brasil molda-se acerca de alguns apontamentos referente ao Movimento Negro, ao que compete na busca pela inserção nesses espaços, propondo que suas demandas fossem reconhecidas e viabilizadas, a favor de uma cultura antirracista. Sob essa perspectiva, dentro dos primórdios dos Movimentos Sociais, especificamente o de mulheres, estabeleceu-se na época, uma união harmoniosa entre muitas; que lutavam em prol na busca de direitos congregadas pela coletividade, direitos esses constantemente negados.

Em meio à institucionalização e ascensão desses movimentos, tal proposição, se propunha inigualável, em relação às demandas reivindicatórias coordenadas pelas mesmas; uma vez que, ao subjuar-se que mesmo sendo mulheres, as identificações coletivas eram perpassadas negativamente para muitas outras: as mulheres negras. Destacando de forma negativa e sem expressividade, por conta da cor, da classe e da raça; não havendo, portanto, nenhuma proposição específica que as agregassem. Caldwell (2000, p.122), destaca que: “a produção teórica do movimento feminista brasileiro, identifica a ausência da raça na maioria

das pesquisas sobre a mulher brasileira. Em decorrência disto, são poucos os registros das formas históricas de organização do povo negro”.

A busca por uma equidade de gênero para a mulher negra não se reduz apenas a desigualdade entre homens e mulheres, a luta desigual, simultaneamente ocorre no mesmo gênero, principalmente entre as mulheres brancas, para com as negras. A autora bell hooks (2015, p.195) analisa que:

o movimento feminista contemporâneo tem uma perspectiva unilateral do coletivo de mulheres, como se a realidade de todas as mulheres fossem iguais, excluindo raça e classe dos discursos, quando na verdade esses aspectos são pontos de diferenciação que acentuam o impacto do sexismo.

Diante disso, até a metade do século XX, as mulheres não tinham nenhuma participação em cargos públicos, nem o direito de estudar como os homens. Por essa questão, torna-se evidente que as mulheres negras não ocupavam em sua maioria apenas espaços subservientes; mas havia as poucas que elas já se encontravam em outros espaços, entretanto, não lhes eram conferidos o devido crescimento profissional, por diversos fatores. Como mudanças mais profundas necessitavam de garantias para suprir essas exclusões, diante do descrito o autor ressalta que:

(...) esse enfrentamento foi construído em diferentes espaços, por diferentes mulheres e de diversas formas, na tentativa de alterar essas relações de poder e questioná-las. Apesar de o movimento negro exigir demandas raciais, a pauta de gênero não era enfocada, ao mesmo tempo em que no feminismo a questão racial era suplantada por uma visão universalizante de mulher. (PINTO, 2006, p.57).

Somente a partir de algumas leis, que se tornaram vigentes, passaram a obter alguns direitos reivindicatórios. Como o caso do Brasil, que em 1870, adotou o Ensino Superior para a participação das mulheres, e em 1932, o Presidente da época Getúlio Vargas promulgou o direito ao voto, após a militância do movimento sufragista feminino.

Sob diferentes frentes, onde as pautas das mulheres não contemplavam as mulheres negras, se perfaz de forma explícita, a dificuldade de articulação entre os movimentos, pois, a dinâmica de um, não contemplava a do outro.

Por conseguinte, o feminismo promoveu uma representação hegemônica em um discurso exclusivo e voltado somente para as mulheres brancas, ou seja, não dando ênfase as

diferenças. Araújo (2001) destaca que, na década de 80 no seio do movimento feminista, “as mulheres negras começam a levar para as discussões as suas especificidades, tremulando uma nova bandeira de que eram mulheres, mas eram negras, logo, com especificidades da raça”. Começa então, a elucidar mulheres que por ora, eram desconsideradas por mulheres brancas, traduzindo assim, o paradigma de invisibilidade em relação às mulheres negras.

Deste modo, a mulher negra, internaliza a necessidade de estar inserida na luta por melhores condições de existência, e isto se dava através de diversas formas participativas. Desde o período escravista, no pós-abolição e até nos dias atuais; com organizações que nem sempre se adaptaram nos moldes formais, mas que sempre foram determinantes e necessárias. Parafraseando Sueli Carneiro (2000), “é em meio a esta dinâmica que o processo de emancipação, de busca pela igualdade de direitos das mulheres negras ganha força, estabelecendo novos desafios”.

As compreensões para tal ascensão em relação às mulheres negras no Estado de Santa Catarina deu-se na década de 90, marcando a busca pelo debate e questões sobre suas diferentes lutas, a partir de organizações influenciadas por manifestações feministas. É o caso do Grupo de Mulheres Catarinenses Negras “Cor da Nação”, fundado em três de março de 1991, visando combater e agir diante de toda e qualquer forma de discriminação.

Tal proximidade e embasamento para estruturação de outros Movimentos Negros perfaz o caminho também no Município de Tubarão, onde no ano de 1997, um Movimento na sua maioria composto por mulheres, intitulado como Movimento Cultural de Conscientização Negra Tubaronense – (MOCNETU), abarca também, a causa da luta por oportunidade, no que diz respeito ao papel da mulher negra e Tubaronense; considerado de utilidade pública, pela lei municipal – 2901 de 2005, sendo uma entidade sem fins lucrativos, e de natureza cultural e social ao promover cursos, encontros regionais, oficinas de música, teatro e outros eventos significativos. O resgate do MOCNETU é para que não se perca as raízes negras, valorizando e tornando conhecidas, as mais diversas expressões artísticas culturais afros, em promoção da igualdade, ao buscar todas as formas de discriminação e violência; especialmente a mulher negra que é sempre a mais afetada.

Ao longo desses anos, o **MOCNETU** ao adquirir experiência, vem se posicionando fortemente como um Movimento de reivindicações de direitos, ganhando espaços de visibilidade em Tubarão e SC. Como exemplifica as conquistas e direitos importantes citados abaixo:

\* Formação de professores da Rede Municipal e Estadual sobre a atuação e orientações curriculares sobre as relações étnico raciais no espaço escolar.

\* Participação no Conselho Estadual das Populações Afro de Santa Catarina CEPA desde 2009;

\* Participação no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Tubarão) desde 2010, como representante da mulher negra Tubaronense.

\* “Café & Ideias” celebra no dia 25 de Julho – “Dia da mulher Negra Latino Americana e Caribenha”. Simboliza a necessidade de se atentar sobre as questões de gênero, sendo um marco internacional de luta e resistência da mulher negra contra todos os tipos de opressões. Por este motivo, o MOCNETU, está em sua 5º edição em compreender que o sentido desta data, fortalece a união e aproximação de todas as mulheres... sem exceção.

\* Data oficial significativa como comemoração em alusão ao do dia Consciência negra, dia da morte de Zumbi dos Palmares. A essência dessa data possibilita uma reflexão sobre a história e a trajetória dos negros, que para cá vieram para serem escravizados. Porém 20 de Novembro representa a resistência de um povo, que tentou, e ainda tenta resgatar a sua identidade perdida com o tempo.

Em 2007, criou-se um grupo de dança afro – “Pérola Negra” – valorização, representatividade de meninas e adolescentes negras. Já em 2013, MOCNETU realizou a 3º Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial, com papel participativo na Estadual e Nacional (Brasília). Por conta dessas ações, no dia 18 de novembro de 2015 - mulheres negras do MOCNETU e de todo o Brasil, enegreceram as ruas de Brasília, propondo à unicidade da luta antirracista, pelo respeito as especificidades da mulher negra e pelo bem viver. Em 2016, por conta de todo ativismo supracitado acima, fortaleceu as pautas de luta na 4º Conferência Municipal dos Direitos das Mulheres, consequentemente na Estadual e Nacional em Brasília.

Portanto, consolidou-se o fortalecimento e o envolvimento junto aos órgãos públicos e sociedade civil para a abertura de uma “*Coordenadoria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial*”; através do Prefeito João Olávio Falchetti, Câmara de Vereadores em nome do Vereador Paulo Henrique Lúcio, MOCNETU, Clubes Sociais Negros e pastorais afros; sendo um elo de políticas públicas transversais, em todos os seus desdobramentos no que rege o Estatuto da Igualdade Racial- (lei nº12.288/10), de autoria do

Senador Paulo Paim) fomentando pela Saúde, Educação, Racismo Institucional, Juventude negra, gênero, entre outros.

Deste modo, percorrer caminhos antes nunca atribuídos à população tubaronense, foi o alicerce para que o MOCNETU se estruturasse como um Movimento de grande expressividade, validando sua presença em diversos setores da sociedade, alinhando-se assim, como resgate de sua identidade, de suas demandas como suporte aos cidadãos negros tubaronenses.

No Brasil, o movimento feminista assumiu-se de forma organizada e a população negra também se organizou em movimento. O movimento negro corrobora para o surgimento do movimento de mulheres negras, porque de acordo com (MOREIRA, 2007), “ele aparecia como um espaço privilegiado de luta em torno das questões raciais, nas quais mulheres e homens negros discutiam e reivindicavam medidas eficazes contra a discriminação racial praticada no país”. Compilando com a historiografia, a trajetória do Movimento negro brasileiro especifica uma ideologia de afirmação, proveniente dos preconceitos e discriminações raciais que a população negra ao longo do tempo, vem sofrendo com os resquícios da escravidão.

Mudanças nesses cenários, tais movimentos se lançam como grupos sistêmicos, valorativos e determinantes nas pautas reivindicatórias de mudança social, na perspectiva de sanar situações que os deixam vulneráveis: no mercado de trabalho, no sistema educacional político, social e cultural.

Sob diversas frentes, vale destacar a “luta”, mas também a relevância da produção intelectual e teórica de lideranças negras como: Abdias do Nascimento, Hamilton Cardoso, Milton Santos, Kabengele Munanga, Beatriz Nascimento entre outros.

Em Retratos do Brasil Negro de autoria de Flávia Rios e do antropólogo Alex Ratss, (2010), a obra versa sobre a trajetória de vida, a produção intelectual e o ativismo feminino político, de uma das maiores lideranças negras feministas e do movimento negro brasileiro do século XX, participando ativamente na articulação do Movimento Negro Unificado (MNU). Através da biografia de Lélia Gonzalez, os autores evidenciam o processo de abertura democrática, revelando ainda a construção de identidade coletiva de segmentos excluídos da política nacional, notadamente os negros e as mulheres. Ao referir sobre ela, seu trabalho intelectual foi compilado com o ativismo do movimento negro, revelando-se pelo

processo de inserção em diversas presenças políticas, ressignificando lugares de aproximação com a militância e ocupando espaços de pertencimento.

Em meados dos anos 70, concretiza-se, portanto, o fortalecimento mesmo em tempos de intensos protestos, perseguições e mobilização por todo o país, surgindo como uma grande personagem, alinhada as lutas pela redemocratização brasileira e reivindicações políticas. Sua atuação sempre foi caracterizada pela facilidade de transitar com extrema propriedade, sobre a questão do povo negro em geral, a mulher negra em particular, no qual conseguia explorar os significados sociais, culturais e ocupacionais entre classe, raça e gênero. As construções que competiam no interior do movimento por suas contribuições, foi o diferencial qualitativo que também trouxe à militância do movimento negro brasileiro e do movimento de mulheres, no que diz respeito às discussões de gênero, elucidando as questões referentes às mulheres negras.

De acordo com Lélia Gonzales (1983), as análises feministas sobre as desigualdades não apontavam para a dimensão racial das mesmas, por ainda estarem presas ao mito da democracia racial e a ideologia do embranquecimento. Outro ponto explicitado pela mesma, era que as melhorias econômicas obtidas pelas mulheres nos anos 70 e início dos 80, não contemplavam as mulheres negras, pois, dentre as poucas mudanças, a mulher negra carregava a desvantagem não conseguindo romper a barreira da discriminação racial; e nem se ascender socialmente no mercado de trabalho, ou seja, alinhava-se a negação cultural e absoluta da realidade brasileira. Para a pesquisadora e militante do movimento negro Sueli Carneiro:

(...) a análise de alguns indicadores sócio-econômicos, para oferecer às mulheres, em geral, um perfil semelhante quanto à desigualdade sofrida socialmente, visto que são evidentes as vantagens significativas percebidas especialmente pelas mulheres brancas quanto ao acesso à educação, à estrutura ocupacional e a obtenção de renda. Supõe-se, a partir daí, que elas tenham sido as principais beneficiárias da diversificação de posições ocupacionais ocorridas no país nas duas últimas décadas pelo incremento da divisão técnica do trabalho e o consequente expressivo aumento da PEA Feminino no período, em especial na década de 70. (CARNEIRO, 1995 p.23).

Baseados por múltiplas opressões, seu engajamento negro, postulava práticas de autoafirmação e de lugares de fala como... não se nasce negro, torna-se: *“a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras... mas tornar-se negra é uma conquista”!* Expressão essa, semelhante à de Simone de Beauvoir, porém, antes recriada no livro de Neuza Santos Souza *“Tornar-se negro”* (1990), propondo uma versão não existencialista de raça e

revelando a dificuldade de afirmação em um país que se apregoa a utopia racial, simultaneamente em que se propaga o branqueamento social, segregados por lugares condizentes dentro das subjetividades de cor e raça.

Segundo Lélia Gonzalez (1988, p.22), a opressão racial e a social fazem da mulher negra: “o foco, por excelência, de sua perversão e esquecer isso é negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista, graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral”.

O movimento feminista negro ultrapassa círculos vinculados no patriarcado, pois remonta uma postura de resistência dentro da sociedade. Ou seja, busca-se uma solidariedade de gênero (homem) e de demandas particularizadas sobre as mulheres negras. Outra reflexão sobre o feminismo negro de acordo novamente com a militante é que:

É inegável que o feminismo como teoria e prática tem desempenhado um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, na medida em que, ao apresentar novas perguntas, não só estimulou a formação de grupos e redes, mas desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. (GONZALES, 1983, p.238).

Reafirmando como anteriormente, os Movimentos sociais da década de 70 se concretizaram substancialmente nas décadas 80, apontando legitimidade em suas ações organizadas, em relação aos problemas sociais de caráter coletivo. Mas tais desfavorecimentos, no que diz respeito aos Movimentos, passaram por processos de apagamento, onde as críticas alternavam-se pela compreensão teórica não havendo concordância de conexão no grupo. Entretanto, seus objetivos de interesse maior não deslegitimaram a enfrentar obstáculos presentes na época em todo o país. Delineando tal compreensão, foi em meados dos anos 80, que começaram a surgir diversas organizações de mulheres negras. A exemplo de Lélia Gonzales, mulheres catarinenses oriundas tanto do Movimento negro, como do Movimento feminista, traziam a tona na cena política as especificidades das múltiplas discriminações sofridas, expondo que havia desigualdades e discriminação de gênero, mesmo dentro de grupos que lutavam e ainda lutam contra a opressão.

Entende-se que é através de sua participação, que movimentos de mulheres negras tem ampliado a luta feminista e antirracista, abrindo destaque no cenário nacional, estadual e

municipal, na aquisição por políticas públicas que visem superar as grandes disparidades de gênero nos níveis em que a mulher negra é a mais acometida: na saúde, educação e no trabalho. Tais processos que permaneceram na consolidação de políticas públicas referente às mulheres em geral as brancas, manifestou-se uma luta por fora dos parâmetros catarinenses e também tubaronenses onde, movimento de mulheres negras e tantas outras entidades negras no estado, impulsionaram uma sobremaneira e o papel de protagonismo de sua própria história, que na maioria das vezes, estiveram à frente do processo organizativo do movimento negro catarinense, em diferentes espaços e tempos.

No campo do debate de autoafirmação dentro dos Coletivos, a Professora Catarinense Jeruse Romão (2016), militante histórica da luta pela emancipação da população afrodescendente, constata que “ser militante negra não é elogio. É necessidade de impor-se diante das desigualdades com as quais nunca a população negra deva se conformar”.

Nesse cenário de luta, se remonta um olhar interseccional de falas mais assertivas que antes eram silenciadas, percorrendo para todo o estado, projetando a autoconfiança de pôr em xeque vozes e demandas em sua essência negra feminina. Para Alaíde Corrêa (2016), Presidente e Fundadora do Movimento Negro de Tubarão – MOCNETU, sobre as aspirações da mulher negra tubaronense é enfática em dizer que somente terão visibilidade se as políticas públicas abrangerem com urgência as representações sociais como (raça, gênero e classe); “caso contrário, cairá no ócio do esquecimento, e se tratando do município onde segundo o IBGE-10 somam aproximadamente quatro mil mulheres negras, a disparidade de total apagamento continuará nos espaços públicos, no comércio e nas Universidades”.

Ao inquirir essas questões, o Movimento perde força, pois, ainda há uma blindagem ideológica de como esses processos discriminatórios foram se consolidando, onde abstrai desses povos tais direitos participativos de decisões, que por muitas vezes não há nem direito de representação política e nem de fala. Seguindo esse raciocínio (CASTRO, 2005, p.11) em aponta que:

O racismo, o sexismo, o adultismo que temos em nós se manifesta de forma sutil, não é necessariamente intencional e percebido, mas dói, é sofrido por quem os recebe, então são violências. E marca de forma indelével as vítimas, que de alguma forma somos todos nós, mas sempre alguns, mais que os outros, como as mulheres, os negros, os mais jovens e os mais pobres.

O Movimento Social Negro antagonizou lutas, mas paralelamente projetando-se para que viabilizasse ações que se tornassem afirmativas, devido sua historicidade ampla no campo do ativismo político. Além dessas iniciativas, o que compete à militância, foi nada mais do que reivindicar medidas, para corrigir desvantagens e desigualdades acumuladas pela condição de opressões. A criação do Estatuto da Igualdade Racial tem como base assegurar, proteger e reivindicar os direitos aos afrodescendentes perante a lei; confirma, portanto, valores estabelecidos de luta contra o preconceito racial e todas as formas correlatas de discriminação.

No entanto, tal êxito precisa ser complementado com políticas públicas, que tenham capacidade de contribuir para promoção social e cultural da população negra, pois, em um estado capitalista que intensifica o racismo, só é possível obter mais efetividade e eficácia dessas políticas de afirmação racial, com respaldo de pressões populares.

Desta forma, para superá-lo, compete investir na promoção econômica, social, política, cultural, educacional e de gênero que ainda está inerte em um país onde a população negra especificamente corresponde um pouco mais da metade. Por conta disso, medidas que corroboram a combater a desigualdade simultânea de gênero e raça, pressupõe-se ainda uma tarefa difícil, pois, além de envolver o Estado e também Municípios em implementar as leis em evidência como o Estatuto da Igualdade Racial, e a 10.639/03, não se consolidam na mesma proporção em que o crescimento da população negra sem medidas equiparativas, cai na dicotomia de que, o princípio da igualdade e oportunidades são iguais para todas e todos; pois, para muitos quando se falam em negros simultaneamente consideram os sujeitos ativos do processo somente os homens e mulheres brancos(as).

Mostra-se, portanto, a postura que dificulta a inserção social dentro dos espaços de poder, pois, não há um referencial importante que se consolidem essas questões dentro dos Estados, conseqüentemente nos Municípios; pois, as manifestações de progresso em relação aos direitos dos afrodescendentes do Município de Tubarão SC, sempre foram às mulheres negras que, desempenharam esse papel importante de “frentes”, em colocar a presença do negro (a), como ponto de partida, e de posicionamentos devido de apagamento cultural racial no município, que continua desmerecendo seu semelhante por conta da cor.

Com base nesses resultados, o MOCNETU, mesmo se mostrando interseccional, não se divide e nem se limita as diferenças em relação ao gênero. Enfatiza-se, portanto, que as

mulheres tenham essa mesma postura com o movimento negro; ou seja, compactuam do mesmo vínculo em sanar as desigualdades, mas com compreensões de desdobramentos de gênero e articulações diferenciadas relacionadas com o todo. Sobretudo, isso não deixa de ser importante organizar essas vertentes, muitas vezes desassociadas por falta de conscientização da população, e principalmente pela ausência de participação de outras mulheres negras do Município, que não internalizaram para si, sua representatividade positiva em relação à raça e o que é ser mulher negra na sociedade tubaronense.

A nítida força impulsionadora que o MOCNETU conduziu as incorporações de gênero e a capilarização de um processo por meio do poder público, como forma de transgressão, foi à criação e implementação de Políticas de ações afirmativas da Igualdade Racial, que através de órgãos que fomentassem as articulações, e ampliasse a participação social com a finalidade de acompanhar, criar e consolidar ações e projetos, com ênfase na população negra. Permita-se, portanto, transversalizar nas instâncias de poder do município, representações sociais e municipais, correlacionando o comprometimento com questões que somente dentro do Movimento Negro eram enfatizadas; fazendo com que através dele, se tornara um impulsor dos reais problemas apresentados e portanto, contrapondo com os impactos perceptíveis de opressão entre a população negra, sobretudo a mulher.

É relevante mencionar, que tal reconhecimento nos últimos 20 anos, possibilitaram mudanças possíveis jamais desenvolvidas concretamente desde então. Deve-se então, grande parte dessas conquistas as mulheres negras do Município, que potencializaram prioridades, evidenciando mudanças estratégicas de posicionamento do governo atual. Como é o caso da criação do projeto de Lei, ainda em tramitação na Câmara de Vereadores, que determina a instituir um “Dia Municipal da mulher negra tubaronense”, como parte significativa aos trabalhos de posicionamento atuante, em relação às mesmas.

Contrapondo com as intersecções, que sugerem relações de conexão, pois, segundo Brah (2006,p.345) “devem ser construídas como relações historicamente contingentes e específicas a determinado contexto, daí a possibilidade em diferenciar entre a demarcação de uma categoria como objeto de discurso social, como tema de mobilização política”.

As mulheres negras, engajadas no Movimento Negro- (MOCNETU), como mencionados anteriormente em sua maioria, direcionaram para que se instituísse uma política de governo, especificamente advinda do Governo Federal, onde em 21 de março de 2003,

criada pela Medida Provisória nº 111, convertida em lei nº 10.678, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República- (SEPPIR), nasce do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro. Vale ressaltar, que também em sua totalidade, foram as mulheres negras protagonistas da pasta ministerial, como: Matilde Ribeiro, Luiza Helena Bairros, Nilma Lino Gomes e atualmente Luislinda Valois, que além de ser desembargadora, é a primeira magistrada negra do Brasil; e atual Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, pertencente agora ao Ministério da Justiça; designando assim, que as mulheres negras citadas acima, (salvo raras exceções), também tem seu protagonismo como mulheres atuantes de transformação e decisão de poder.

A SEPPIR, como órgão maior, tem propostas embasadas na Formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra, afetadas (os) por todas as formas de intolerância. Também utiliza como referencial político o Estatuto da Igualdade Racial, que orientou para a elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015), proveniente na criação de um programa específico intitulado “Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial”. No Brasil, o debate sobre as inclusões dessas Políticas, é carregada ainda por interpretações errôneas, pesadas e incompreensões sobre esa temática. Para tanto, a forma Constitucional dado a esse processo, reconhece o racismo e o preconceito racial como fenômenos presentes na sociedade brasileira pois, determina as disparidades na lacuna de inclusão nas agendas políticas públicas. Tal enfrentamento se vincula para estruturar também as Coordenadorias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – (COPPIR) a nível Estadual, que subdivide também, sob o que impera para o Município de Tubarão, as questões relacionadas às ações afirmativas, enfatizando também as relações de gênero, não em forma de segregação, mas sim de inclusão aos aspectos relativos à promoção de direitos e combate as várias vertentes institucionais, rotuladas pela discriminação racial ou étnica.

Vale destacar que, grande parte dos municípios de Santa Catarina que adotaram tais medidas de enfrentamento, foram quase todas (os) ocupadas (os) por mulheres negras nas regiões que aderiram essa política de governo, estreitando como pauta vigente, a aplicabilidade dessa ação afirmativa que é legítima e necessária; para que se consolidasse de fato, sua autonomia em abranger valores para uma sociedade um pouco mais equânime em relação a essas políticas.

Sob necessidades de visões de lutas históricas, em reconhecimento de promoção de mudança, não somente no nível institucional, embora o racismo institucional domine quase todos os setores, a COPPIRT – sigla referida da já explanada Coordenadoria, acrescida pela letra “T” – Tubarão, foi instituída sob o decreto nº 3126, de 10 de Abril de 2014, e desde então, viabiliza políticas voltadas à discriminação através de ações afirmativas ao combate as desigualdades raciais do Município; Para além de atender uma demanda em conjunto com o MOCNETU e outros segmentos que direcionam a grupos étnicos raciais, como Pastorais afros, Fórum de Educação sobre as relações étnicos raciais e Coletivos, Conselhos de mulheres e ou feministas, desempenhando suas atividades através de: Simpósios de Educação étnico-racial em toda rede pública e também privada, abordando o projeto “LeiturAfro” nas escolas, onde visa o comprometimento de se trabalhar a lei 10.639/03, que implementa o estudo da História das Civilizações Africanas e a Cultura afro-brasileira nos currículos escolares. Compreende ainda a passos lentos, a não consolidação de fato nos âmbitos escolares, por desconhecimento das instituições e ou pela dificuldade de inclusão, que algumas escolas resistem em não incluir a temática nesses espaços que promovam essas discussões baseados na diversidade; recriando assim barreiras para a construção de uma sociedade democrática de fato, ao se promover formação da identidade dos povos africanos e brasileiros ao alcance de todos.

Nesse contexto, o debate sobre o direito à educação como um proponente de igualdade social, passa a ser prerrogativa do Movimento Negro brasileiro e é recolocado em outros moldes. O Movimento Negro traz à cena pública e de demanda a política educacional de urgência construção dessas lacunas; como uma das maneiras em garantir aos que ainda são tratados historicamente como desiguais. O que se possibilita na referida lei, é a concretização de uma igualdade para todos na sua diversidade, baseada no reconhecimento e no respeito às diferenças. Sob esse ponto de vista a equidade é entendida como:

o reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Assim, Por tais razões explicitadas a equidade é entendida como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias. (SPOSATI, 2002.p.5).

Ao que se refere aos apontamentos que impulsionam as políticas de enfrentamento ao combate ao racismo, à saúde pública entra também na pauta do município. Seminários foram realizados para que se reestruturasse o quesito cor nos formulários de preenchimento, e que se explicitasse a questão da anemia falciforme, com incidência a ser mais destacada na raça negra. Dentre outras campanhas promovidas de forma pontual e objetiva às mulheres negras, proveniente a saúde da população negra idealizou-se a campanha “*Nós por nós*” – que promove sobre a prevenção do Câncer de mama na mulher negra; sendo proponente dessas discussões e composições já estigmatizadas negativamente na cidade de Tubarão.

O Movimento Negro imprime como precursor de urgência a implementação dessas políticas de caráter universalista, e traz o debate sobre a dimensão étnica da aplicação das mesmas pela necessidade em fomentar programas e medidas de caráter emergencial voltado para os direitos humanos, justiça social e a necessidade de ações afirmativas. Possibilitando um tratamento paritário devido às circunstâncias desiguais a indivíduos em situações sociais, étnico-raciais, de gênero, geracionais, educacionais, de saúde, moradia e emprego historicamente marcados pela exclusão, desigualdade e discriminação.

Na busca de fortalecimento, o Movimento reivindica por mais espaços políticos de representatividade; dialoga e reconhece suas demandas de mulheres, que além de desempenhar papéis históricos dentro do MOCNETU e dos Movimentos Sociais como um todo, se prevaleça da forma que se articula, de que viabilizem ações que provém como importante apoio transformador, a subsidiar melhores diagnósticos da realidade local das mulheres negras da cidade. E que como parte organizada, estruturais e não governamentais, façam ecoar vozes negras femininas e feministas a outras organizações futuras que se lancem em busca de legitimar órgãos de setores governamentais, a propor acesso permanente de políticas públicas e desestruturar o racismo que é institucional dos setores; que conduzam à desejada igualdade de gênero com especificidades direcionadas como oportunidade de acesso para as mulheres negras atuantes na cidade de Tubarão.

Somente se legitima como um projeto de desenvolvimento de integração, ao incorporar o esforço em ações objetivas para com seu povo, quando se luta em prol de toda a coletividade.

## **MULHERES NEGRAS: REFLEXÕES SOBRE “A CONSTRUÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DE SUA IDENTIDADE”**

O debate nos últimos anos, acerca do racismo e das desigualdades de gênero, vem notoriamente ganhando espaço no processo político, bem como na construção das identidades étnico raciais, no que se refere à mulher negra em suas múltiplas desigualdades.

O antropólogo Kabengele Munanga, (2012, p.177-178), afirma que a auto definição e a identidade atribuída têm funções conhecidas: “a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos etc”. Percebe-se, portanto, que as construções identitárias que perpassa pela mulher negra, configuram contextos discriminatórios, a partir de conceitos ideológicos enraizados na sociedade; pois, discutir sobre essas representações sociais, galgadas em estereótipos antepostos negativamente, faz-se necessário demarcar visões que desnudem as diferenças sociais e raciais historicamente perpetuadas em solo brasileiro.

Em se tratando de Brasil, destaca-se, que nem todas as pessoas negras e principalmente as mulheres, adquiriram consciência do fardo e incessante processo discriminatório social. A partir dessa perspectiva, para a mulher negra que ainda vive em condições extremas, nas situações significativas que exijam equiparação; o preconceito se generaliza em todos os níveis que contemple suas pautas variadas; para maior representatividade na sociedade atual. Munanga (2012, p.12), ressalta novamente, que: “não é possível abordar a identidade étnico-racial no Brasil sem considerar a existência de outras identidades ou remeter ao contexto de um país multicultural e multirracial”.

Diante desse contexto, como perceber a identidade étnico-racial positiva na sociedade brasileira? Tais fatores constitutivos refuta a ideia de que mesmo obtendo expoentes quantitativos de negras (os), tal história, foi remontada com fatos equivocados e cheia de falsificações. No entanto, percebe-se que ao tentar entender sua identidade autêntica ou resgatando parte dela, contribuições continuam evasivas, apontando para o resgate negativo de sua cultura.

A partir disso, há aspectos, evidenciais do antagonismo de branco/negro, mostrados de formas sutis, quando da postura de superioridade cultural e biológica, sintetizadas dos europeus, ante a população negra; principalmente a negação da cultura de

matriz africana, que exclui negras/os dos espaços de pertencimento, figurado pela intolerância e aspiração da identidade europeia.

As discussões suscitadas em torno dos contextos históricos, sobre o ideário hegemônico, de que as mulheres são todas iguais, não pertence mais a ideologia antes constitutiva pelo processo de formação para as mulheres negras. Para tanto, as formas como as relações sociais foram perpetradas, dificulta ainda mais a definição de uma identidade étnica racial positiva, pois, para algumas mulheres o posicionamento das mulheres negras para o debate em busca de equidade, desestabiliza antigas relações hierárquicas em relação ao gênero. Prova disso, em que as situações foram preteridas em tempos mais remotos, como categoriza Verena Stolke (2006), que se dedicou a este exercício ao analisar as intersecções dinâmicas que se desenvolveram no império colonial espanhol entre relações de gênero, raça e concepções de sexualidade.

Ao analisar esse contexto, em que Stolke destaca a “pureza de sangue”, era vista como critério, em justificar medidas de segregações sociais e raciais, onde avalia que tal sistema de classificação e identificação marcavam as relações de gênero, então, intensificaram-se preocupações com o controle sobre os corpos das mulheres. Vê-se, portanto, as intersecções atuais, perpetuadas pelo tempo, pois, no que se refere à interpretação no momento de formação da nação e definição de uma identidade de gênero a brasileira, a autora revela que:

A noção da limpieza de sangre ganhava forma a partir da ideologia genealógica que fundamentava o status e as honrarias sociais no nascimento legítimo como prova de “sangue” puro, garantido pelo controle dos homens sobre a pureza sexual das mulheres, para assegurar sua virgindade antes do casamento e a castidade depois. STOLKE (2006, p.39)

Correlacionando a citação mencionada, o processo de estigmatização e sujeição entre os corpos das mulheres negras, é subjugado de forma hipersexualizada, perante os outros corpos, de outras raças e etnias. A partir desses preceitos citados, deu-se pela percepção de como foi absorvido negativamente esses estigmas como reprodução estrutural, permanentes em solo brasileiro.

Tais reproduções equivocadas, projeta-se seu corpo a tornar-se o lócus da sujeição e ou da exclusão, que por conta da mistura da miscigenação da mulher negra, exprime a ausência de aceitação de sua aparência, de sua estética real de fato, buscando assim, outros meios de demonstrações baseadas na negação de sua cor e de sua raça.

Essas discussões, diz respeito à corporeidade que para muitas, se encaixam como conflito social de tempos passados, perpetuando para o contemporâneo, sem grandes mudanças significativas as mulheres negras.

A utopia da democracia racial, não articula com as problemáticas existenciais, pois, quanto mais negar sua raça, os índices marcadores de somatório em relação a mulher negra diminuem, pois, ser negra em um país que lhe exclui, desde quando saem de suas casas, é derrubar barreiras intransponíveis e caminhar por caminhos não convidativos, mas necessários para a inserção da expressão de sua identidade.

Fundamenta-se, portanto, explicitar os distanciamentos que perpassam entre as mulheres negras e brancas e entre os homens também. Retrato esse, que se estabeleceu no Brasil, fazendo parte dos elementos estruturais que mantém as violências históricas contra a população negra. A partir dessa problemática e a ausência dessas discussões, o costume de acostumar com as opressões, direcionam para um apagamento de sua identidade, pois cai no consenso, de que as situações de gênero com recorte são categorias de outras instâncias não contempladas de maneira pontual e diferenciadas nas reivindicações de espaços e de falas.

Diante de tais consequências, os lugares incorporados a esses espaços são únicos, pois, possibilitam certa opinião, ao adquirir entendimento de enfrentamento, presentes nas reações imbuídas nos espaços físicos em que transitam; marcados por fronteiras fechadas, onde sua capacidade intelectual e sua presença física não são levadas em consideração.

Contribuindo para com o Estado de Santa Catarina, por sua trajetória de resistência dentro dos moldes hegemônicos e patriarcais, surge Antonieta de Barros, como resgate e afirmação da cultura afro catarinense, revolucionária, para a época e demarcatória ao lançar frente às questões de gênero, e raça, num tempo muito mais adverso, e tradicional. Sua figura emblemática remonta-nos a ideia de projeções, mesmo que ainda em um futuro incerto, caminhando contra a corrente se inseriu articularmente nas questões educacionais e políticas, ao chegar a ser a primeira deputada mulher e negra do Estado e do País.

Sobre essas reflexões, demarcar tais espaços sempre foi o diferencial das mulheres negras militantes de Tubarão, que intensamente reivindicam inclusões mediante ao contraste de negação, em que o município tem para com as mulheres negras, principalmente reservando as mesmas nenhuma perspectiva de melhora e nem espaços de ascensão profissional.

Diante do exposto, quando por sua vez, houve espaços em adentrar com suas pautas representativas no que se refere à atuação no processo de construção de Políticas

Públicas de Igualdade Racial, a ressignificação da pauta, não era contextualizada pela mulher negra em nenhum dos espaços institucionais- (Educação, saúde, mercado de trabalho); o que possibilitava o desfavorecimento de luta e de reivindicações dos direitos de pertença dessa população no município; prevalecendo a hegemonia de interesses partidários de governo.

Mas tal resistência em assegurar que direitos constituídos fossem de emancipação política de dialética de quem a possui, não houve continuidade de apropriação; haja vista que a ampliação de visões de luta, se instaurou a progressos notáveis de forma organizada pelas mulheres negras. Para a autora Sueli Carneiro - (2001) “o processo de emancipação se consolida em meio a dinâmica de oportunidade, de busca de igualdade de direitos das mulheres negras ganha força estabelecendo novos desafios”.

Numa breve categorização, a mulher negra vem a sucumbir, índices de inferioridade nos aspectos importantes sobre sua condição de vida, pois, padece de situações lamentáveis de subordinação, mesmo que em contrapartida tenha obtido sua elevação nas questões educacionais, pela ótica tradicional, mas fisicamente, reservam-se a elas paradigmas e mitos engendrados no paradoxo do exótico.

O racismo brasileiro engenhoso, muitas vezes velado, categoriza seus padrões de beleza a partir dos tons de pele... o dito “colorimos”, pois, quanto mais clara a mulher negra for, mais bonita, mais chance no mercado de trabalho e mais aceitável ela será.

O fruto das múltiplas facetas do racismo desestabiliza sua autoestima, fazendo com que cada vez mais mulheres negras neguem sua condição, levando-as muitas vezes a doenças psicossomáticas. Tal termo explicita situações indissociáveis, com que se apregoa também na saúde da mulher negra, pois, compreende que o termo psicossomático continuará sendo utilizado para se referir a uma compreensão de ser humano que o entende que o corpo é o local da integração de todas as experiências físicas, subjetivas, históricas e ideológicas. De acordo com Jurema Werneck:

o racismo tem um papel importante na determinação dos modos de nascer, viver e morrer da população negra brasileira, uma vez que influencia, significativamente, na progressão de doenças que, em grande parte, são evitáveis. Essa condição terá a influência de fatores como restrição no acesso aos serviços de saúde, qualidade dos serviços, oportunidade de acesso, segregação e discriminação praticados nos próprios serviços, nível de renda, tipo de ocupação, lugar de residência, estilo de vida, qualidade e acesso à educação. (WERNECK, 2002, p.154).

Ainda se tratando sobre a questão da Saúde da mulher negra, a desumanização prevalece de forma alarmante, quando se trata do racismo perante o gênero com recorte étnico-racial. Um aspecto fundamental a ser discutido é de que a Constituição brasileira é determinante em assumir que a saúde é um direito de todas (os), diante dos princípios da Carta dos Direitos de Usuárias de saúde; direito a um tratamento de qualidade, humanizado e sem nenhuma discriminação. Mas como ter atendimentos iguais se o racismo é engenhoso e perpetua situações decorrentes e notórias nas instituições de saúde pública? Portanto, pressupõe-se que as mais acometidas são as pessoas negras, e se concluir pela pirâmide social onde a mulher negra, a muito carrega a negativa carga de estar sempre na base. Porém fazendo um recorte, expõe-se total descaso de vulnerabilidade em que as mulheres negras se encontram. Entre alguns dados, o atendimento em relação ao tempo é menor, do que para uma mulher não negra, ou seja, por esses motivos que quase 60% de mulheres negras são vítimas de morte materna no Brasil.

Baseados nessas colocações, onde se subentende que pelo esforço próprio não supri reais demandas, mulheres negras de Tubarão, (MOCNETU e COPPIRT) - asseguraram a atuação no que diz respeito a informação a aquelas que por vários fatores não tem acesso a elas. Tal informação baseia-se pelo fato de que, muitas não procuram o SUS, por vários fatores.

Essa importante iniciativa das mulheres negras ativistas de Tubarão, demonstram a relevância do assunto como já explicitado acima, sobre a morte materna ocorrer com mais frequência entre as mulheres negras. As principais causas destas mortes são causadas por eclâmpsia, pré-eclâmpsia, aborto e subsequente o de mama. Tomando como base desses preceitos, a realização de exames clínicos de mamas, é menos frequente para mulheres negras do que para as brancas, ou seja, reforça a insignificância das mulheres negras serem as mais atingidas por terem os seios mais densos, onde torna muitas vezes imperceptível de detectar. Tais situações rotulam as questões de gênero existentes como marcadores de subsignificações, que por muito tempo, foram e ainda são silenciadas pelo descaso da saúde pública; que diante do exposto, a mulher negra, carrega o estigma de sofrer muitas opressões por ser negra e mulher, por ser a mais pobre e a sobrecarga da raça ao mesmo tempo, afetada por toda exclusão de sua própria essência humana. O que leva a entender que os efeitos de discussões

de gênero e raça sempre serão embasados como formas naturalizadas, determinantes para que o status social seja sempre protagonizado pela mulher branca.

No que implica essas questões, e o discurso muitas vezes falacioso, há possibilidades que haja um “apartheid diferenciado”, entre as raças, como bem classifica a música – “*A carne*” (interpretada por Elza Soares) como a respeito sugere o refrão: sendo que: “*a carne mais barata do mercado, é a carne negra*”.

Em meio a tantos descasos, evidenciam-se conceitos que antes silenciados, ganhando notoriedade no sentido de desmistificar a cultura segregacionista, em ampliar visões, como pauta representativa a ser socorrida como teor de ruptura dentro das interseccionalidades. Tal conceito, que há mais de um século vem sendo estudado e desenvolvido por mulheres negras ativistas, percebendo a importância do recorte e interlocução, destacando-se com maior atenção, quando a crítica e teórica estadunidense Kimberlé Crenshaw, o utilizou como centro de uma tese no final dos anos oitenta, para analisar como raça, gênero e classe se interseccionam e geram diferentes formas de opressão. Portanto, a autora afirma que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Diante desse contexto, ressalta-se que as mulheres negras, sofrem discriminações e preconceitos de maneira interseccionalizadas, devido à situação prolongada da realidade de desvantagem na questão da raça e do gênero. Novamente, Crenshaw destaca nas interfaces da discriminação três tipos:

discriminação contra grupos específicos, a mista ou composta e a estrutural. A discriminação contra grupos específicos “é um tipo de discriminação que procura mulheres específicas que são interseccionais”; a discriminação composta “é o efeito combinado da discriminação racial e da discriminação de gênero” o tipo estrutural ocorre quando “o peso combinado das estruturas de raça e das estruturas de gênero marginaliza as mulheres que estão na base.” (CRENSHAW, 2004, p.12).

Tais termos embasados na interseccionalidade, ganham adequação para a realidade social brasileira; no caso do Brasil, o conceito adquire um significado importante,

pois, as relações de gênero e raça, cada vez mais são reconhecidas como estruturantes das desigualdades. A partir dessa assimilação, é possível identificar os desdobramentos dessa interseção e de como a mesma afeta a vida das mulheres negras, seja em violências domésticas, em referenciais novamente sobre o corpo da mulher, para exploração nas mídias, e ou na isenção nos espaços relevantes; algo que, deveria haver um ajustamento na exaltação de sua beleza como algo biológico, não estereotipado, pois, parece negativamente a imagem da mulher negra inclusive vista fora da interseccionalidade, por ter sido fundamentada tal rejeição na estrutura social brasileira.

Emerge daí, uma amplitude de se ascender socialmente, não aceitando mais essas instâncias de silenciamento, e de indissociabilidade entre as mulheres como um todo.

Significando a importância dos Movimentos feministas para as mulheres, que sabem a lógica de ter os seus direitos, de mantê-los adquiridos e de lutar contra nenhuma ruptura dos mesmos, as mulheres negras, se perpassam pela questão da unidade, onde se interseccionam com todas; ou seja, lutam pelas pautas, sem especificação de raça, mas nem todas lutam por elas. Essas relações de silêncio e de questões que por muitas vezes são encobertas, nos apontam para o referido termo em que percorrem instâncias feministas mais antigas, chamado de sororidade. Como consequência, pressupõe-se em combater opressões; parte dessas alimentam pensamentos de mudanças, já alçadas em seus privilégios em suas facilidades. A sororidade nos aponta para a irmandade e não se da conta de que o feminismo na etimologia da palavra, ainda continua burguês e branco, pois, ele serve não para doutrinar tais mulheres, mas para que se efetive um movimento político, filosófico e social que defenda a igualdade entre gêneros, dentro das suas representações.

Por este prisma, ocorre que não há mudança no feminismo sem autocrítica; relativando que o feminismo negro veio com força absoluta, repreendendo a mulher que por ventura, idealize e insiste em proferir que todas são iguais.

Pretende-se ter os entendimentos consolidados, que nos meios particularizados ele defende sim, uma classe em opressão, pois, não é porque a mulher negra seja oprimida que ela seja opressora também. Destaca-se portanto, as mulheres trans, mulheres lésbicas, mulheres índias, entram nesse mesmo fosso, pois, também são “hospedeiras da opressão”, embora dentre as supracitadas a mulher negra, lésbica e proporcionalmente de baixa renda, sofre, portanto, múltiplas rejeições dentro das construções dinamizadas por questões de orientações sexuais e ou identidades de gênero.

Chimamanda Adichie (2009), em suas palestras, fala do risco de uma única história: “quem contou a nossa história, só enfocou os pontos que julgou ser interessante, dentro de suas perspectivas de vivências”. O feminismo negro é sim combativo em lutar com as armas que lhes convém e empoderar vozes antes silenciadas e asfixiadas, sem direito de posições de fala.

Vale repensar nessa postura combativa, em projetar aquelas muitas mulheres negras sem nenhuma informação e nem direcionamento, postulando um alento de motivação em estar conferindo vozes com postura crítica, política em espaços antes impenetráveis; para as quais não houve outra opção, ao longo de todo o processo histórico em escolherem suas armas. Ou melhor, não houve opção das mesmas escolherem armas brandas, enquanto golpes certos às apunhalavam das mais variadas formas; onde seus filhos e homens morrem mais cedo e suas vidas são muito mais difíceis, porque toda uma herança racista permeia e recai em suas relações sociais.

Nesse contexto, vale citar Sojourner Truth, (1797-1883) uma ex-escrava, que abriu caminhos a outras perspectivas em relação ao feminismo negro, mesmo sendo nos Estados Unidos, pois eternizou a transgredir fronteiras discursivas ao enfrentamento das discussões à base da intelectualidade, em sua famosa frase: “*Ain't I A Woman?*” - “*Eu não sou uma mulher?*” em uma oratória feita por ela, proferido na Women's Convention em Akron, Ohio, em 1851. Pouco depois de conquistar a liberdade em 1827, onde se tornou uma conhecida oradora abolicionista.

A ativista negra, professora e filósofa Ângela Davis, em “Mulheres, Raça e Classe”, versa entendimento as nuances das opressões. Trata-se da escravidão e de seus efeitos, da forma pela qual a mulher negra foi desumanizada, dando-nos a dimensão da impossibilidade de se pensar um projeto de nação que desconsidere a centralidade da questão racial, já que as sociedades escravocratas foram fundadas nos moldes do racismo. Intercalando com o slogan mais influente e frequente entre as mulheres negras do século XIX, e ainda fortemente endossado para o século XXI, em seu livro Davis destaca, a retórica mais profunda e verdadeira, proferida por uma mulher negra, abrindo alas para os silenciamentos constantes da época. Além disso, a autora pontua a necessidade da não hierarquização das opressões, ou seja, o quanto é preciso considerar a intersecção de raça, classe e gênero para possibilitar um novo modelo de sociedade. Davis apresenta o debate sobre o enfrentamento do racismo institucional; denuncia o encarceramento em massa da população negra como

mecanismo de controle e dominação, e usa da prerrogativa de ser mulher, de exemplo de determinação e resiliência. Apesar de se posicionar politicamente, cabe exaltar suas posições que se julgam importantes, como em “As mulheres negras na construção de uma nova utopia”, a autora destaca a importância de refletir sobre de que maneira as opressões se combinam e entrecruzam:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2016, p.167).

Embora o contexto adverso, algumas mulheres negras vivem ainda em um processo paradoxal em “ritmo lento”, pois, além da origem escrava, ser negra no Brasil, constitui um real empecilho na trajetória da difícil mobilidade ascensional da negra, especialmente na conquista de um emprego com melhor visibilidade, sendo que a maioria das negras ainda trabalham na informalidade, ou como empregadas domésticas. Não como casos de desmerecimentos por seu trabalho, mas pela carga pesada, sobre seus aspectos, no que tange pela busca igualitária de ascensão.

No ramo profissional, as mulheres negras que conquistaram e lutam por melhores cargos no mercado de trabalho, despendem de uma força descomunal em outros setores da sociedade, sendo que algumas provavelmente pagam um preço alto pela conquista, muitas vezes, abdicando do lazer, da realização da maternidade e da vida afetiva. Mesmo que comprove a competência profissional, ou seja, comprove que tem as mesmas capacidades que qualquer outra mulher, tem de lidar com o preconceito que lhes exigem maiores esforços para a conquista do ideal cargo pretendido. Outro fator que vale registrar, é que por muitas situações a mulher negra, é a chefe de família, sem amparo em dividir as tarefas, optando ao celibato inconscientemente forçado, pois, ainda é a relegada e a mais preterida nas situações afetivas, ou seja, ao que tudo indica ter além das agruras inevitáveis, ter que conviver com a solidão, sendo consideradas pelo desejo carnal e não matrimonial. Procede ao saber, que pouquíssimas mulheres negras conseguem se estabelecer romanticamente e matrimonialmente, sendo que o número de famílias onde a mulher é mãe solteira é considerável.

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregradas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (HOOKS, 1995, p. 469)

Por conta disso, as questões de representatividade vêm ganhando força literalmente no quesito raça/cor. Notável dizer, que nesses últimos anos com o ativismo midiático instruídos de informações, saltaram como um alento em muros intransponíveis, ultrapassando a barreira da invisibilidade, estimulando a autoaceitação, em defender a valorização educacional, política, e sobre a estética negra.

Contextualizado a transgressão, ocorre em um processo de dentro pra fora, pois, uma vez visto que todas as direções levariam as mulheres negras, para não ascensão em nenhum processo estrutural na sociedade, tais transgressões serviram como ruptura, a se lançar para a intelectualidade e a educação como porta de entrada de vida, de resiliência.

“O livro “Ensinando a transgredir” de bell hooks, mostra-nos a educação como prática da liberdade”, apresenta-nos uma nova ótica sobre como a educação foi posta, possibilitando novas visões e questionamentos necessários, apontando que sim, pode-se trilhar um caminho diferente dos agentes omissos, em relação as crianças/adolescentes negras (os); por serem negadas e rechaçadas constantemente, alertando para a reflexão em compreender, e não só ignorar, como também perpetuavam a ausência racial em discussão. Para (hooks, 2013, p.26):

A construção de uma educação que nos liberte, que saiba reconhecer a necessidade de trabalharmos a diferença dentro da sala de aula, descentralizando condutas, raças e religiões da posição de “certas” e/ou “normativas”, nos fará abrir um novo horizonte para alunos que, até então, não tiveram seu senso crítico aguçados, devido uma trajetória educacional engessada. Uma educação que não é libertária continua vendo os alunos como “consumidores passivos”.

É de inestimável importância a análise sobre quais as representações das imagens femininas negras em fontes literária serão trabalhadas com crianças, em especial, nos espaços escolares. Diante desses empasses, entende-se que mesmo sendo alunos brancos e pobres, e alunos negros e pobres as oportunidades não são iguais; ficando, assim, explícito o viés

discriminatório, pelas suas dificuldades de permanência no ensino regular, ao acesso para o ensino superior. Por essa razão, o papel da escola é construir uma unidade de formação, monitoramento, avaliação e desenvolvimento; assim como produção do conhecimento, desmistificando as bases opressivas que foram construídas.

Uma das formas mais difundidas para aniquilar a perpetuação do racismo, é questionar-se de como solucionar o problema, se para uma parcela significativa da sociedade, ele não existe?

Quando uma criança negra começa a se questionar sobre: o que há de errado com ela, começa então, uma construção de identidade, uma troca de informações estabelecidas pelo meio em que vive. Segundo Vygotsky (1988), tanto as atitudes, como os comportamentos, e os padrões estéticos exigidos estão contaminados pelo discurso do outro; e infelizmente a criança, o jovem negro/a incorporam as características eurocêntricas, sendo que, ele/ela começa um processo de construção de identidade, que, por vezes, torna-se frustrante e optante por negar sua identidade negra, seus traços, sua cultura e sua estética.

E quando estes mecanismos se justificam e se naturalizam, podem permanecer para sempre.

Neste sentido, a lei 10.639/03 configura-se como um instrumento de luta para o questionamento, na medida em que colocam em voga construções ideológicas hegemônicas de dominação, fincadas na sociedade brasileira. Conforme a Professora, e ex ministra da Igualdade Racial Nilma Lino Gomes

A Lei 10.639/03 e suas respectivas diretrizes curriculares nacionais podem ser consideradas como parte do projeto educativo emancipatório do Movimento Negro em prol de uma educação antirracista e que reconheça e respeite a diversidade. Por isso, essa legislação deve ser entendida como uma medida de ação afirmativa, pois introduz em uma política de caráter universal, a LDBEN 9394/96, uma ação específica voltada para um segmento da população brasileira com um comprovado histórico de exclusão, de desigualdades de oportunidades educacionais e que luta pelo respeito à sua diferença (GOMES, 2007, p.106).

Nesse processo de inferiorização, recaem na menina negra, essas dissociações de estereótipo que por ser negra é ser feia; e a representação negativa que é atribuída e construída no imaginário coletivo, remete raízes historicamente profundas. A poética entre o que é belo e o que é feio têm contribuído para intensificar danos étnico-raciais em crianças negras, pois,

desde muito cedo, não conseguem ver sua imagem refletida positivamente, em todos os lugares, nos discursos e em outras imagens de atributo social.

A escola por sua vez, por não ter conhecimento da pluralidade étnico – racial de seus alunos, nada acrescenta na desconstrução do preconceito e do racismo; a gestão escolar toma para si, o discurso do silenciamento, pois, é mais fácil esconder do que problematizar.

A resistência reside na interação consciente com os discursos e representações dominantes e normativas e na criação ativa de espaços de oposições analíticas e culturais. Evidentemente, uma resistência aleatória e isolada não é tão eficaz quanto aquela mobilizada por meio da prática politizada e sistêmica de ensinar e aprender. Descobrir conhecimentos subjugados e tomar posse deles é um dos meios pelos quais as histórias alternativas podem ser resgatadas. “Mas, para transformar radicalmente as instituições educacionais, esses conhecimentos têm de ser compreendidos e definidos pedagogicamente não só como questão acadêmica, mas como questão de estratégia e prática.” (hooks, 2013, p.225).

Mas assim como afirmação de Bell hooks (2013), “se a educação nos ensina a transgredir, ela deve libertar também”. A sociedade deve progredir e aceitar as diversidades étnicas como atitude libertadora de preconceitos... não a continuar a incorporar conceitos separatistas em que o gênero e a raça, já são pré determinantes desde a infância; pois a criança não nasce racista, conseqüentemente ela torna-se, deste modo intercaladas com o machismo que a exclui e categoriza em relação a criança negra, ao homem negro; dificultando cada vez mais para a mulher negra.

Por isso, que o protagonismo sempre foram delas, seja pelo lado das invisibilidades ou pelo lado do empoderamento, e da resistência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho representa o esforço, para tornar visível o empoderamento da mulher negra, sendo que ela ainda encontra-se na invisibilidade, diante de uma sociedade com estrutura eurocêntrica. O pertencimento racial, com recorte de gênero, lhe atribui uma relação natural, perante o contexto histórico, onde negras e negros nasceram para serem escravos; e, sendo o Brasil um país com sua pluralidade considerável, onde se fundem várias matrizes culturais, não reverteu o quadro de exclusão da população negra. Precisa-se portanto, ter o entendimento de que as mulheres negras, não são todas iguais entre si. Cada fator que apontam as desvantagens, ressignifica as suas diferenças dentro de suas particularidades, mantendo em diferentes proporções existenciais que permeiam pelo meio em que vivem. No que reflete as fragilidades de suas representações, negras acadêmicas e periféricas constituem cenários de politizações diferentes, entretanto, estreitar laços de sub representações não isenta as categorias de diferenças subsequentes entre ambas; podendo classificar como fenômeno de coexistência de fatores capazes de provocar subordinação de interseccionalidade.

Por uma análise de pesquisa, sobre a questão de gênero e raça, dados interessantes puderam ser coletados e, de modo geral, tentou-se focalizar na questão da mulher negra, que deve ser compreendida, através de políticas públicas, para que universalize os direitos, já conquistados pela mulher branca. E na luta por melhores condições de vida, surge os Movimentos Sociais Negros, em todo território brasileiro.

Mencionamos aqui, Santa Catarina através do Município de Tubarão, onde há uma interlocução com o MOCNETU- Movimento Cultural de Conscientização Negra Tubaronense, criando um grupo de mulheres negras, na tentativa de quebrar esse círculo vicioso de opressão, exclusão, e da real desigualdade de gênero que impede a plena cidadania da mulher negra. Porém dados permanecem agravantes mesmo que haja uma leve ascensão, permanecendo ainda na base da pirâmide social e econômica.

Compreender os diferentes fatores que agem sobre cada mulher negra, na avaliação do esvaziamento imposto, a interseccionalidade ajuda a perceber melhor a realidade, buscando enfrentar além do machismo, o racismo, as desigualdade de gênero, que diante dessa realidade tenta- se exigir direitos iguais, que visem à promoção de equidade como um todo.

Nessa dinâmica, gênero, raça e classe, aparecem como marcadores centrais e articulados, contextualizando as relações de intersecções que circundam sem mesmo saber seu real valor. Vale refutar, que ao pensar nesses marcadores, abordam uma maneira de imprimir sua identidade, ressurgindo visibilidades das minorias; propondo uma nova corrente de enfretamento em todos os níveis estruturais.

Uma fator inquestionável abordado, apesar de todas as opressões vigentes, são as formas que vem sendo articuladas frentes de representatividade e de fala, jamais visto nos últimos anos.

A mulher negra tornou-se empoderada, no que diz respeito as suas demandas, enfrentando por muitas vezes um sistema opressor e violento. Sabemos que as questões de cor, ainda são subjetividades a serem sanadas por aqueles que, por algum motivo não possuem tais compreensões.

Por fim, cito a frase de Jurema Werneck – **“Nossos Passos vem de longe”**, pois, quando o feminismo se consolidou, não nos acolheram, fazendo com que percorrêssemos outros caminhos e o enegrecêssemos. Ele vem de longe, pois o empoderamento é singular e também é plural... é luta individual e por toda a coletividade. Eles vêm de longe, pois sabemos que não somos todas iguais, que cada mulher tem a sua particularidade, mesmo dentro da raça. O que queremos é equidade e respeito, não privilégios, mas sim direitos. Pois, quando uma mulher negra sobe, puxa a outra.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**. Crítica Marxista, nº 11. São Paulo: Boitempo, 2001.
- BAIROS, L. (2002). **III Conferência Mundial contra o racismo**. *Revista Estudos Feministas-Dossiê*, 10(2), 169-170.
- BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**, Cadernos PAGU, 26, 2006, pp. 329-376Arquivo.
- CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença raça e mulher no Brasil**. *Estudos feministas*. 2000.p.122.
- CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: Acesso em: 23 de jun de 2013. Cruzamento: raça e gênero; p.84-177.
- CARNEIRO, Sueli. **Gênero, raça e ascensão social**. In: Revista Estudos Feministas. v.3 n.2 , Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p.23
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento. Estudos avançados. . N. 17 (49): 117-32, 2000.**
- CARNEIRO, Sueli. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. Gênero (Orgs), **Democracia e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002, p. 167-193.
- CASTRO, Mary. **Gênero e raça: desafios à escola**. In: SANTANA, M. O. (Org.). Lei 10 639/03 – educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação fundamental. 2005, p.11.
- DAVIS, Ângela – **Mulheres, raça e classe** \_ (2016) / p.167 – Editora: Boitempo
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.106.
- GONZALEZ, Lélia. **"A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social"**. *Raça e Classe*, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988 p.2d.

\_\_\_\_\_. **"Racismo e sexismo na cultura brasileira"**. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

HOOKS, BELL. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade/** bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013, p. 26 e 225.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais Negras**. Estudos Feministas, v.3, n.2 p.469.jan.1995.

\_\_\_\_\_. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, nº. 16, p.193-210, jan./abr. 2015.

<http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/o-perigo-de-uma-historia-unica-por-chimamanda-adichie> - (2009).

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo: Questões atuais**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?** Revista da ABPN. v. 4 n. 8 jul/out.2012, p.06-14. / 177e 178.

PINTO, Giselle. **Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: - uma análise dos indicadores sociais**. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_298.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_298.pdf)>. Acesso em 23 de nov. de 2014.

RIOS Flávia, RATSS Alex – Editora-Selo Negro: Livro – Lélia Gonzalez: **Retratos do Brasil Negro** – 2010.

SILVA, Maria Palmira. **O antirracismo no Brasil: considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial**. Psicologia Política. São Paulo: 2000

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SPOSATI, Aldáza, **Mapa da exclusão/ inclusão social**. In: Políticas públicas: proteção e emancipação. [www.comciencia.br](http://www.comciencia.br), 2002. Acessado em 28/03/2010.

STOLCKE, Verena. **O enigma das Interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade.** A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX”, *Estudos Feministas*, 14(1): janeiro-abril, 2006, p. 15-41

VYGOTSKY em foco: **Pressupostos e desdobramentos** \_ Harry Daniels (org) – Campinas SP- Papyrus (1988).

WERNECK, Jurema. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe.** (org.) Jurema Werneck, Maisa Mendonça, Evelyn C. White; (tradução) Maisa Mendonça, Marilena Agostini e Maria Cecília Macdowell dos Santos, 2ª edição. RJ. Ed. Pallas/Criola, 2002.

### **Fontes Orais**

CORRÊA, Alaíde. Entrevista concedida a Aleida Cardoso Corrêa. Tubarão, (2016).

ROMÃO, Jeruse. Entrevista concedida a Aleida Cardoso Corrêa. Florianópolis, (2016).

## ANEXOS

LEI Nº 2901, DE 15 DE JUNHO DE 2005.



**DECLARA DE UTILIDADE  
PÚBLICA A MUNICIPAL O  
MOVIMENTO CULTURAL  
DE CONSCIENTIZAÇÃO  
NEGRA TUBARONENSE - MOCNETU.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC. FAÇO saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica declarada de utilidade pública municipal o Movimento Cultural de Conscientização Negra Tubaronense - MOCNETU.

**Art. 2º** O Movimento Cultural de Conscientização Negra Tubaronense - MOCNETU, com sede e foro na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, entidade civil e cultural, sem fins lucrativos, apartidário, de âmbito regional e com duração ilimitada, sem distinção de raça e orientação religiosa.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tubarão, SC, 15 de junho de 2005.

CARLOS JOSÉ STÜPP

**18 DE NOVEMBRO**  
**MARCHA DAS MULHERES**

**NEGRAS**

**#VEMMARCHARCOMAGENTE**

**CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER**

CONCENTRAÇÃO A PARTIR DAS 9H  
NO GINÁSIO NILSON NELSON BRASÍLIA

